

DJ21488

Meio Ambiente

# Técnico lamenta a falta de especialistas



Roosevelt; contra as soluções importadas

—O problema mais sério com relação à preservação do meio ambiente é a falta de técnicos especializados para dar continuidade à análise das questões ambientais, sem fronteiras geográficas da Companhia ou políticas, disse ontem o assistente de estudos operacionais da Companhia Vale do Rio Doce, Roosevelt da Silva Fernandes, em palestra proferida por ocasião da realização da Semana do Meio Ambiente.

Roosevelt acredita que existe uma "falta de incentivo à formação destes técnicos, por que são poucos os centros do país que oferecem oportunidades de emprego a esse tipo de especialização. Em decorrência disso, as universidades não oferecem oportunidades de formação no setor ambiental. O desenvolvimento dos serviços atenuando a ação poluidora das indústrias necessita de apoio técnico além de colaboração individual. É preciso que se encontrem soluções compatíveis com o nosso sistema e não que elas sejam importadas", completa Roosevelt.

No transcórre de sua palestra ele ressaltou três enfoques que devem ser dados aos temas ambientais: o político, que vê a poluição como preço do progresso; o emotivo, que explica a neurose dos grandes centros urbanos que, segundo Roosevelt, é gerada pelo medo do leigo ou do mal informado das coisas da natureza e o enfoque técnico, que vê a degradação ambiental como campo quantitativo de estudo.

A ilusão de que a poluição visível é mais nociva ao homem, leva os setores políticos a se preocuparem mais com esse tipo de poluição, "no entanto, a poluição visível e

invisível são prejudiciais num mesmo grau". Desta forma, Roosevelt acha necessária como complemento a criação de um programa efetivo de conscientização de todos em relação aos aspectos ambientais, baseado em "coisas bem montadas".

Para Roosevelt, devido à falta de técnicos, de legislação e controle consistentes, como também a ausência de índices quantitativos relativos ao problema ambiental a ser analisado, torna-se um impasse o estabelecimento de uma política ambiental. Acredita que sem índices quantitativos não se pode chegar a uma solução dos problemas, mas sim à apenas a uma discussão sem resultados concretos". Quanto à legislação ela deve vir alicerçada a uma política efetiva de controle ambiental e deve ser entendida também a importância do meio ambiente como um problema internacional.

—A poluição é uma coisa que deve ser amenizada com soluções próprias e não com admissão de um "pacote" tecnológico importado. A restauração do ambiente à sua pureza pré-industrial é uma concepção totalmente utópica, como também é utópica a idéia de não se conceber o progresso sem poluição", afirma Roosevelt. "A realidade é que não existem terapias padronizadas para amenizar os problemas ambientais; toda a pesquisa sobre este complexo assunto ainda está em fase embrionária."

Através de "slides", Roosevelt mostrou a política ambiental particular da Companhia Vale do Rio Doce, apresentando os seus "avanços" na contenção de lançamento de agentes poluidores ao meio ecológico.

## Paulo Lemos: queima em Comboios era em regiões já desmatadas

Contrariando a constatação do secretário especial do Meio Ambiente Paulo Nogueira Neto, que afirmou ter visto cinco queimadas dentro da região biológica de Comboios, o secretário da Agricultura Paulo Lemos Barbosa assegurou ontem que existem "apenas três queimadas em regiões já desmatadas que são ocupadas por invasores".

Admite que existem deficiências na fiscalização das reservas "porque só agora o governo está se movimentando no sentido de fazer alguma coisa para preservação destas regiões, apesar de a reserva ter sido criada desde 1953. Aliada a isso existe a falta de trabalho educacional por falta de técnicos e dinheiro".

No sentido de "controlar com maior rigor" a reserva de Comboios, a Secretaria de Agricultura fez levantamento das pessoas que lá residem, além de vistoria em toda a área. A pretensão do secretário é fazer uma permuta de terras com ocupantes de Comboios, oferecendo propriedades

no vale do Suruaca. "Esta é uma opção para dar ao elemento que vive do cultivo agrícola na reserva uma outra área na qual também possa cultivar".

Ele disse que só serão indenizados aqueles que tiverem título de posse da área. Conforme informou Paulo Lemos, apenas vinte e cinco pessoas possuem esse título, "que foi dado indevidamente pelo estado, pois as terras foram legitimadas depois da criação da reserva". Disse ele que existem "uns cinco ou seis elementos que contestam as regras estabelecidas de preservação de reservas e desta forma agridem-nas das mais variadas maneiras, como por exemplo ateando fogo. O fogo é condenável por uma visão filosófica", completou o secretário.

Ele admite, reforçando a afirmação de Paulo Nogueira Neto, que o fogo pode ser válido em alguns aspectos apesar de não ser aconselhável, contrariando assim a determinação do código florestal que proíbe o fogo em quaisquer circunstâncias.

—Ou admitimos as siderúrgicas e os eucaliptos, ou mandamos as siderúrgicas embora. Esta é a opinião de Paulo Lemos quanto ao plantio deste vegetal no estado. "A verdade é que existem áreas que só se prestam a eucaliptos. É necessário que se discipline o plantio", alega o secretário.

A finalidade do estado é tornar as siderúrgicas auto-suficientes em matéria prima para carvão - informou ele, acreditando que de 1985 em diante elas já terão condições de atingir essas perspectivas. Segundo Paulo Lemos o Espírito Santo tem condições de plantar eucaliptos em maior quantidade do que o dobro do que já tem.

Quando se fala em disciplinar o plantio de eucalipto, isso quer dizer que só pode ser executada a plantação em áreas ociosas ou de pouco valor agrícola, explicou o secretário. O Espírito Santo possui cinco milhões de hectares e tem condições de utilizar 300 mil hectares em plantações de florestas de valor econômico.